

O momento do Sul Global

Oportunidades para a Presidência Brasileira no G20

Bruno De Conti
Pedro Rossi
Arthur Welle
Clara Saliba

NOTA PUBLICADA EM PARCERIA COM O MADE-USP

Conti, Bruno de; Rossi, Pedro; Welle, Arthur; Saliba, Clara.

O momento do Sul Global: Oportunidades para a Presidência Brasileira

(Nota nº 01). TRANSFORMA/UNICAMP.

[HTTPS://TRANSFORMAECONOMIA.ORG/](https://transformaeconomia.org/)

Esta Nota Econômica é uma parceria do Made/USP com o Projeto Economia para Transformação (Unicamp).

Bruno de Conti é professor livre-docente de Economia Internacional na Unicamp,

Pedro Rossi é professor livre-docente de Economia do Setor Público da Unicamp e diretor do Projeto Economia para Transformação,

Arthur Welle é pós-doutorando da Unicamp.

Clara Saliba é Mestranda do IE/Unicamp.

G20 EM TRANSFORMAÇÃO:

O objetivo desta nota é mostrar as transformações no peso do chamado Sul Global no conjunto dos países que compõem o G20, desde a sua criação, visando explicitar as mudanças no equilíbrio de forças dentro do grupo e, em decorrência, nas suas pautas e ações.

NO G20, O SUL GLOBAL ALCANÇA O NORTE EM IMPORTÂNCIA ECONÔMICA:

Os países do Sul Global no G20 igualaram o PIB ppp (paridade de poder de compra) dos países do Norte (dados do Banco Mundial). Além disso, os países do Sul Global têm 86% da população do G20 e 90% de sua população jovem, indicando potencial para crescimento futuro.

O COMÉRCIO EXTERNO E A PRODUÇÃO:

têm protagonismo crescente do Sul Global. No momento de criação do G20, em 1999, o peso dos países do Sul Global nas exportações do G20 era aproximadamente 13%, atingindo quase 40% em 2022.

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PASSA PELO SUL GLOBAL.

Com relação à produção de eletricidade, os países do Sul Global do G20 ultrapassaram os do Norte em 2013, tendo hoje uma produção que supera a do Norte em mais de 40%. Mais relevante, porém, do que a quantidade produzida, é a diversidade de fontes. O Sul Global iguala o Norte na produção das chamadas energias limpas, mas ainda tem percentual muito elevado de uso do carvão mineral.

O SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL (SMFI) TEM MUDANÇAS MAIS LENTAS.

Essa evolução do Sul Global nas métricas relativas à produção e comércio não encontra espelho nos dados relativos ao Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI). É pertinente, portanto, que a presidência do Brasil no G20 tenha atenção particular a esse Sistema, estimulando iniciativas que reduzam as suas assimetrias.

MAIS DESENVOLVIMENTO, MENOS CRESCIMENTO.:

Nos últimos anos, a referência ao termo “desenvolvimento” nos relatórios do G20 superou as menções a “crescimento”, indicando o ganho de importância do debate sobre mudanças estruturais e dos aspectos qualitativos do crescimento econômico.

NOVAS AGENDAS NO G20:

A julgar pelos últimos relatórios, novos temas têm aparecido nas discussões do Grupo, com destaque para pautas como transição verde, saúde, desigualdades de gênero, educação e cooperação internacional.

MOMENTO:

O aumento do protagonismo do Sul Global contrasta com uma institucionalidade de governança anacrônica, que ainda carrega os resquícios da ordem forjada no período pós-Segunda Guerra Mundial. A presidência brasileira no G20 pode ter, assim, o papel histórico de contribuir para refundar as instâncias de governança mundial e colocar em prática pautas que sejam caras ao Sul Global.

1. INTRODUÇÃO

O mundo vive atualmente uma crise profunda e multifacetada. Suas profundas dimensões – social, política, econômica e ecológica – se retroalimentam, aumentando a gravidade dos problemas e a complexidade das respostas necessárias.

Diante desse quadro de ameaças globais, as políticas nacionais – ou nacionalistas – não são capazes de oferecer respostas efetivas aos impasses que se apresentam. No entanto, o momento tem sido de fortalecimento dessas políticas nacionais, de recrudescimento de perturbações geopolíticas – com conflitos (implícitos e explícitos) de distintas ordens – e de incapacidade dos mecanismos de governança global para lidar adequadamente com os desafios.

Se o momento é grave, a necessidade de mudanças estruturais se apresenta com contornos reforçados. O acirramento das contradições gesta – embora esteja longe de garantir – a possibilidade de mudanças. E uma das principais mudanças em curso está na reorientação do mapa geopolítico mundial, com o aumento da importância relativa do chamado Sul Global (Rewizorski, 2015; Larinova, 2023).

Se o momento é grave, a necessidade de mudanças estruturais se apresenta com contornos reforçados. O acirramento das contradições gesta – embora esteja longe de garantir – a possibilidade de mudanças. E uma das principais mudanças em curso está na reorientação do mapa geopolítico mundial, com o aumento da importância relativa do chamado Sul Global (Rewizorski, 2015; Larinova, 2023). Esse aumento tem inegavelmente uma forte relação com a impressionante ascensão da economia chinesa, mas não só. Outros países do Sul Global expandiram sua importância econômica e geopolítica e, mais do que isso, a articulação entre esses países atinge um novo patamar – por exemplo, com o alargamento dos BRICS (1).

Esse aumento do protagonismo do Sul Global contrasta com uma institucionalidade de governança anacrônica, forjada no pós-Segunda Guerra Mundial. Essa institucionalidade reproduz assimetrias importantes no âmbito financeiro e monetário, contribui para desigualdades globais e não oferece soluções para os desafios econômicos contemporâneos. O momento é propício para mudanças.

¹ Três aspectos principais destacam a relevância dos membros do BRICS como protagonistas na cooperação para o desenvolvimento: (1) o tamanho extraordinário de suas economias, (2) as fortes taxas de crescimento, que os levam a uma importância cada vez maior na economia mundial, e (3) a demanda por uma

voz política mais forte nas estruturas de governança internacional, o que corresponde ao seu status econômico (Rewizorski, 2015). Para uma análise da importância geopolítica dos BRICS, ver por exemplo Rewizorski (2015) Stuenkel (2017) e Monyae e Ndzendze (2021).

Para que essas mudanças se materializem, um dos fóruns oportunos é o G20, que reúne os principais países do Norte e do Sul Global. Criado em 1999, como reação às crises financeiras que marcaram os últimos anos do século XX, o G20 inicialmente reunia apenas representantes dos Ministérios de Economia e dos Bancos Centrais dos membros, mas a partir da crise financeira global, eclodida em 2007-8, passou a envolver também os Chefes de Estado.

Tornou-se, portanto, um componente importante da complexa rede de governança global (Hanijal, 2019; Larinova e Shelepov, 2019), incluindo não apenas os membros permanentes (hoje dezenove países e duas organizações regionais), mas também relevantes organizações internacionais, membros observadores e cúpulas informais em temas específicos. Sobretudo no que concerne à cooperação econômica e financeira global, as expectativas em relação ao G20 tendem a ser elevadas. Para Agarwal e Essid (2015), a responsabilidade atual do G20 é a de coordenar entre seus membros políticas que levariam ao crescimento global equilibrado e sustentável. No entanto, esse nível de coordenação de política econômica não foi atingido e, de forma geral, a cooperação econômica do grupo está ainda muito abaixo das possibilidades e expectativas.

A última cúpula do grupo, realizada em setembro de 2023, em New Delhi, é reveladora das dificuldades de articulação entre todos os membros em prol de objetivos mais concretos, mas é também ilustrativa dessa nova realidade mencionada acima, de aumento da importância do Sul Global. Sob a presidência indiana, esse grupo de países teve ao menos duas grandes vitórias, com a ausência de um posicionamento unilateral em relação à Guerra na Ucrânia e, mais importante, com a inclusão da União Africana como membro permanente do grupo. São mudanças inegáveis em relação às cúpulas anteriores, mas que ficam ainda muito aquém das possibilidades de aumento do protagonismo do Sul Global.

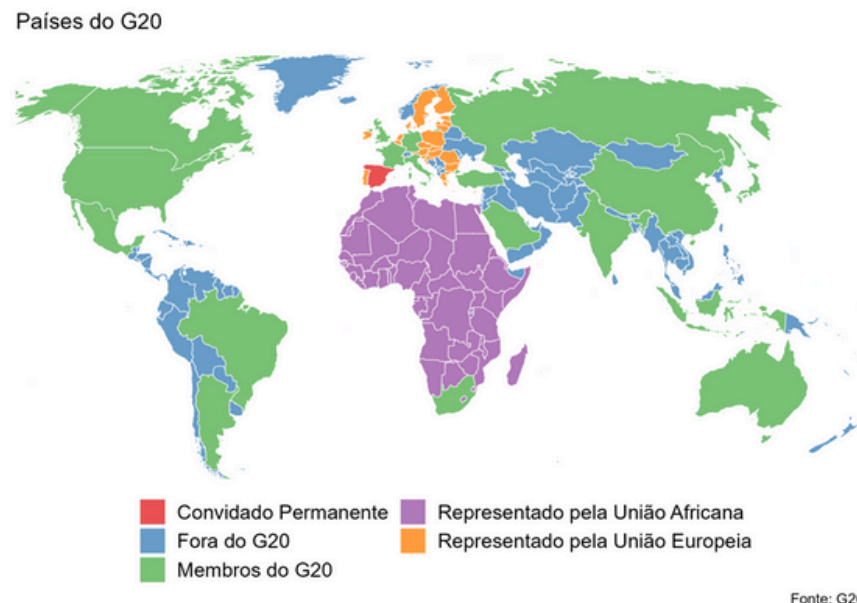
O objetivo desta Nota é justamente mostrar, nos mais diversos âmbitos, as transformações no peso do chamado Sul Global no conjunto dos países que compõem o G20 desde a sua criação, visando explicitar as mudanças no equilíbrio de forças dentro do grupo e, em decorrência, nas suas pautas e ações. A hipótese é que o aumento do peso do Sul Global no G20 e, portanto, de seu poder político dentro do grupo, pode favorecer pautas que lhe sejam caras. Assumindo a presidência rotativa pela primeira vez, o governo brasileiro tem uma grande oportunidade de aproveitar o momento e implementar algumas dessas pautas.

2. O SUL GLOBAL NO G20

Como já indicado, a partir da Cúpula de New Delhi, o G20 incorporou a União Africana (UA) como membro permanente do grupo. Com isso, o mapa do G20 se alterou substancialmente, com os cinquenta e cinco estados-membros da UA sendo a partir de então representados (Figura 1):

O conceito de Sul Global aqui adotado não se baseia em critérios geográficos ou puramente econômicos, mas sim geopolíticos. Assim, entre os membros do G20, consideramos como Norte Global: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Reino Unido, República da Coreia e União Europeia; e como Sul Global: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia, Turquia e União Africana.

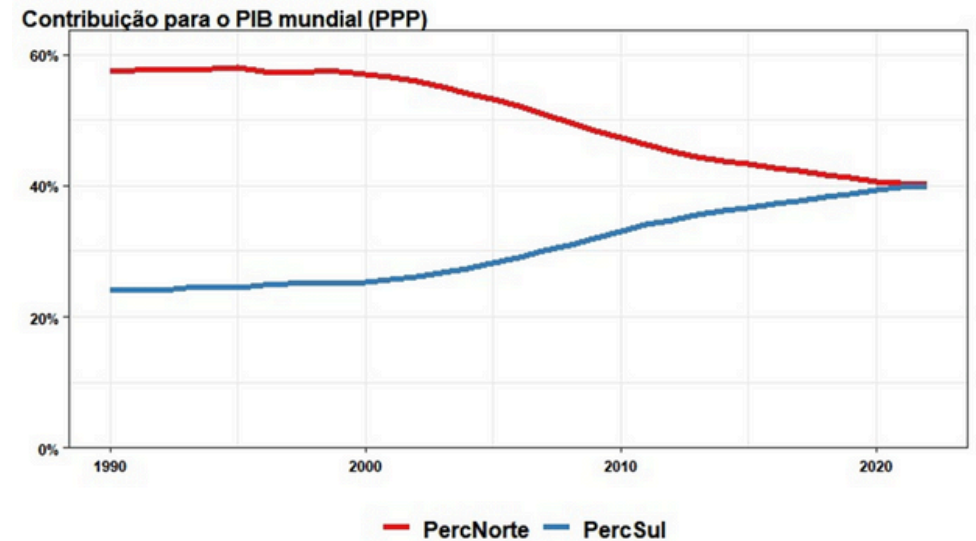
Figura 1: Membros do G20 (2023)



Fonte: G20. Elaboração própria.

A partir dessa divisão, são apresentados abaixo dados econômicos e demográficos que ilustram o peso do Sul Global dentro do G20 ao longo das últimas décadas. Começando com o critério mais usado para análises de economia internacional, qual seja, a participação do Produto Interno Bruto (PIB) (2) na economia global, nota-se uma rápida transformação dos pesos dos dois grupos de países desde o início do século XXI, e os últimos dados – relativos a 2022 – mostram justamente o momento em que o Sul Global está ultrapassando o Norte (Figura 2). Além disso, desde 1990 o peso do G7 dentro do G20 caiu em torno de 20 pontos percentuais, de 57% em 1990 para 37% em 2022 (Figura 3). O que reforça a importância crescente do G20 em relação ao G7 enquanto fórum de governança global.

Figura 2: Participação no PIB global (em PPP)

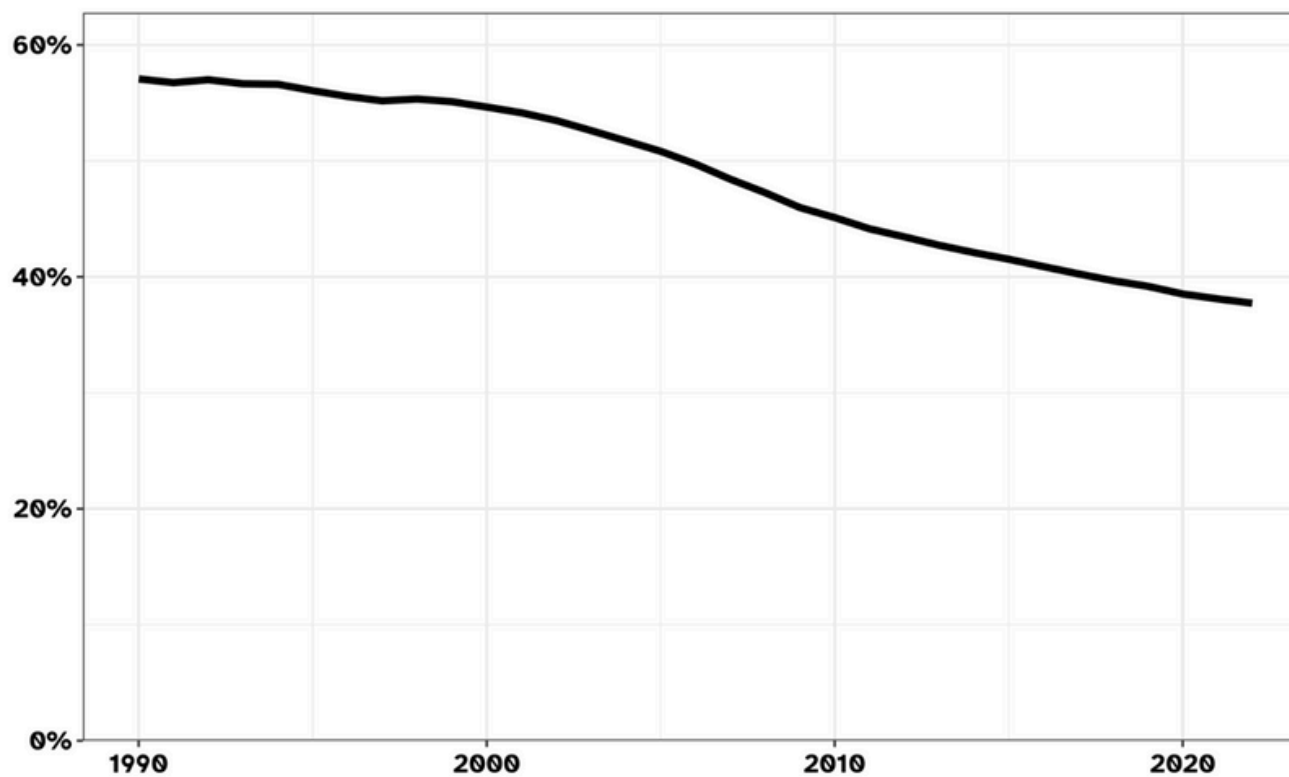


Fonte: Banco Mundial (Série: NY.GDP.MKTP.PP.KD)

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

(2) PIB calculado pelo Banco Mundial em Paridade de Poder de Compra (PPP no acrônimo em inglês).

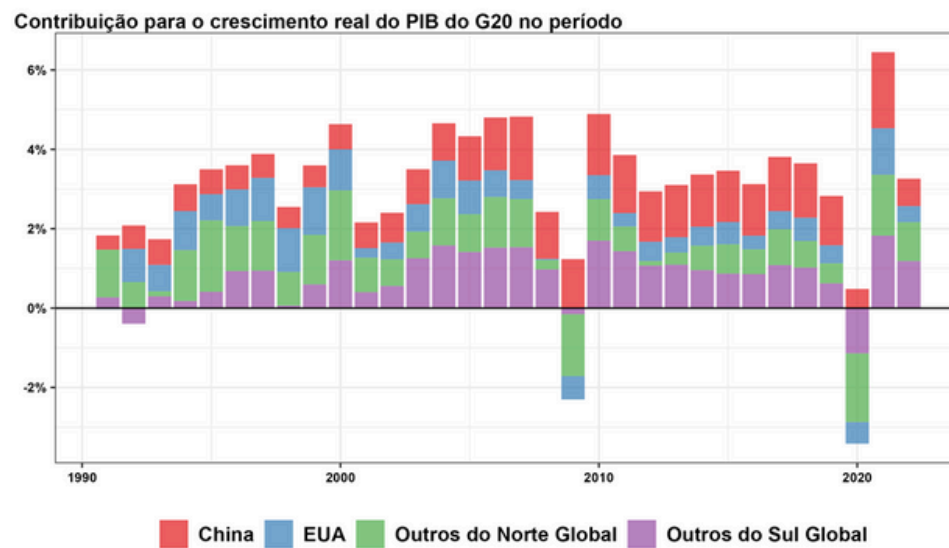
Figura 3: Participação do G7 no PIB do G20 (em PPP)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

É evidente que a principal contribuição a essa trajetória do Sul Global vem da economia chinesa, mas ela não explica tudo. A Figura 3 mostra que se isolamos as duas maiores economias do globo – EUA e China –, desde o início do século XXI a contribuição dos demais países do Sul Global ao crescimento real do PIB do G20 tem sido quase que invariavelmente maior do que aquela dos demais países do Norte Global.

Figura 4: Contribuição para o crescimento real do PIB do G20 (%)

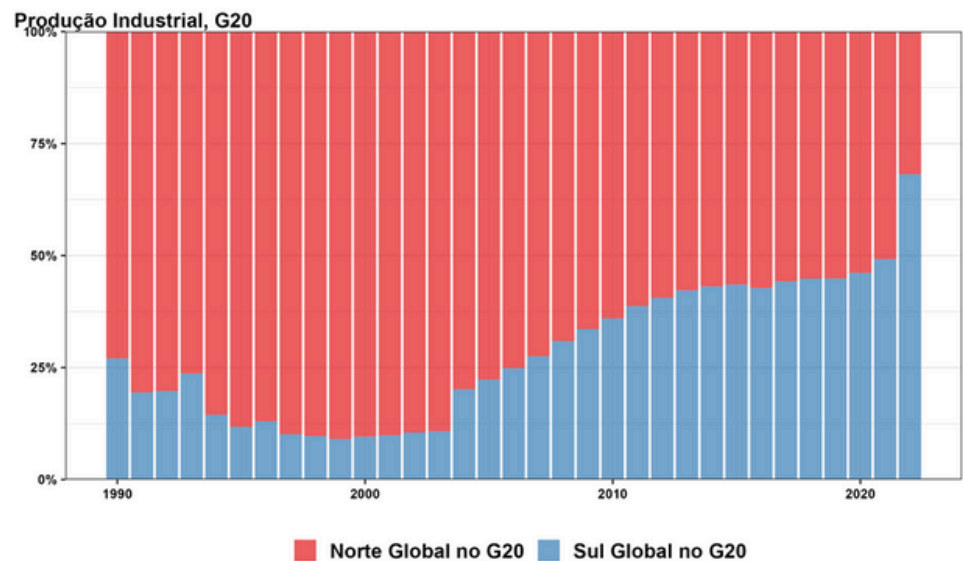


Fonte: World Development Indicators, World Bank
Série 'GDP, PPP (constant 2017 international US\$ (WB_GDP_PPP))'

Fonte: World Development Indicators, Banco Mundial. Elaboração Própria.

Quando o foco recai sobre a produção industrial, a transformação é ainda mais impressionante. Se a participação dos países do Sul Global na produção industrial do G20 estava em torno de 10% no momento de sua criação, ela evoluiu com rapidez impressionante a partir de 2005, chegando, em 2022, a praticamente 70% (Figura 4). É importante novamente destacar a importância da China, mas outros países do Sul Global também contribuem para esse processo (e.g Índia e Indonésia).

Figura 5: Produção Industrial (% valor adicionado em relação ao total do G20)

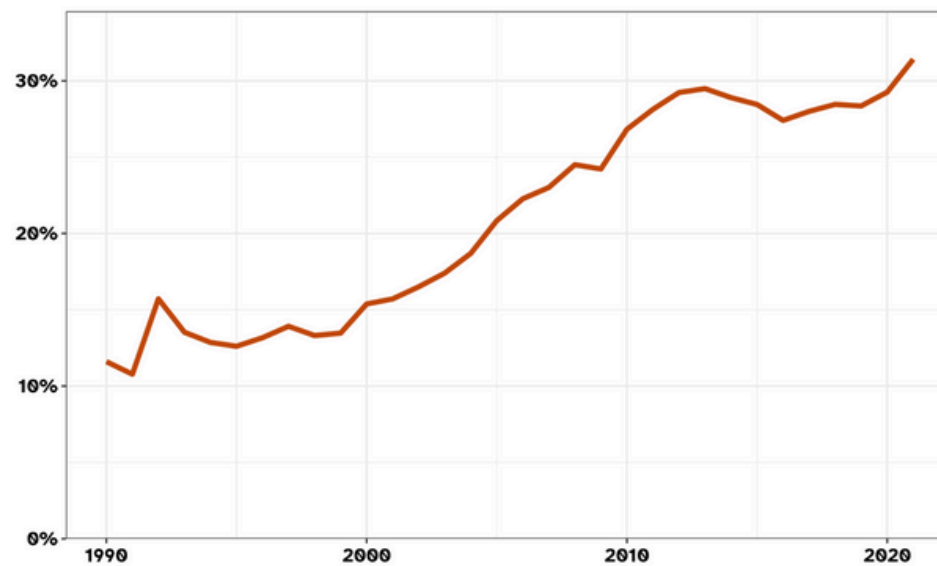


Fonte: Banco Mundial (Série: NV.IND.MANF.CD)

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Do ponto de vista do comércio internacional, a evolução da participação dos países do Sul Global é também impressionante. Se no momento de criação do G20, o peso dos países do Norte Global estava em torno de 60% e aquele do Sul Global ao redor de 40%, ao longo das últimas duas décadas a situação se inverte completamente (Figura 6).

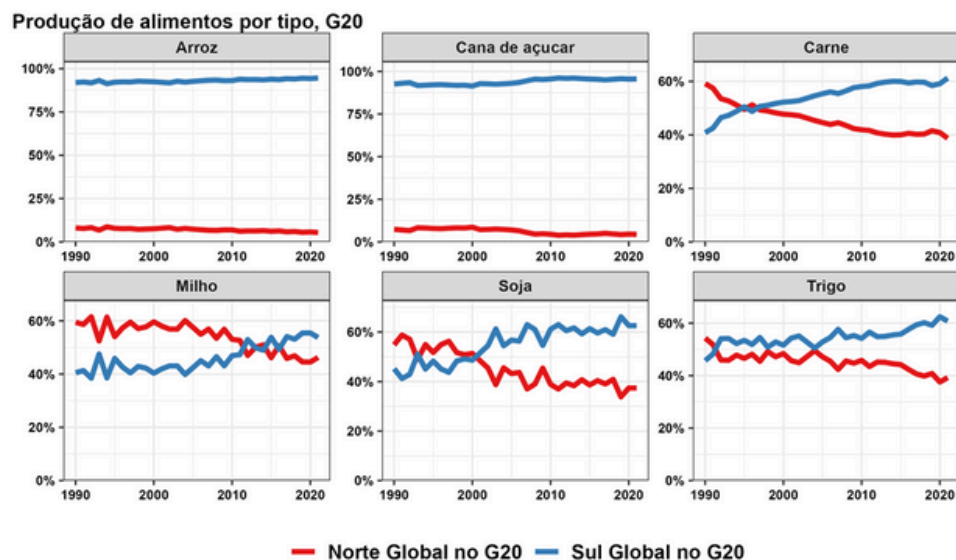
Figura 6: Participação do Sul Global nas exportações totais do G20 (%)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Isso reflete o rápido crescimento na produção e exportação de bens industriais, mostrada acima, mas também a grande relevância desses países do Sul Global na produção – e exportação – de bens agrícolas e minerais. No que concerne à produção de alimentos, a Figura 6 é eloquente em mostrar a importância do Sul Global em alguns dos gêneros alimentícios mais relevantes para a dieta da maioria da população mundial. Na produção de arroz e cana-de-açúcar, o protagonismo do Sul Global é antigo e inabalado (com destaques, respectivamente, para China e Índia; e para Brasil, Índia e China). Com relação a outros gêneros alimentícios, porém, foi também ao longo das últimas três décadas que os países do Sul Global do G20 ultrapassaram aqueles do Norte. Na produção de trigo e carne[BDC1], por exemplo, essa ultrapassagem se deu ainda nos anos 1990 e o Sul Global representa hoje algo como 60% da produção do grupo (destaques, respectivamente, para China, Índia e Rússia; e China, Brasil e Rússia). Para a produção de soja, o Sul Global se torna preponderante no início do século XXI e sua participação atual também gira em torno a 60% (com destaque para Brasil e Argentina). Na produção de milho, os EUA são ainda o país mais importante, mas nessa análise que congrega os blocos de países, o Sul Global também tornou-se nos últimos anos mais relevante que o Norte (sobretudo em função das produções chinesa e brasileira).

Figura 7: Produção de alimentos, gêneros alimentícios selecionados (% em relação ao total do G20)

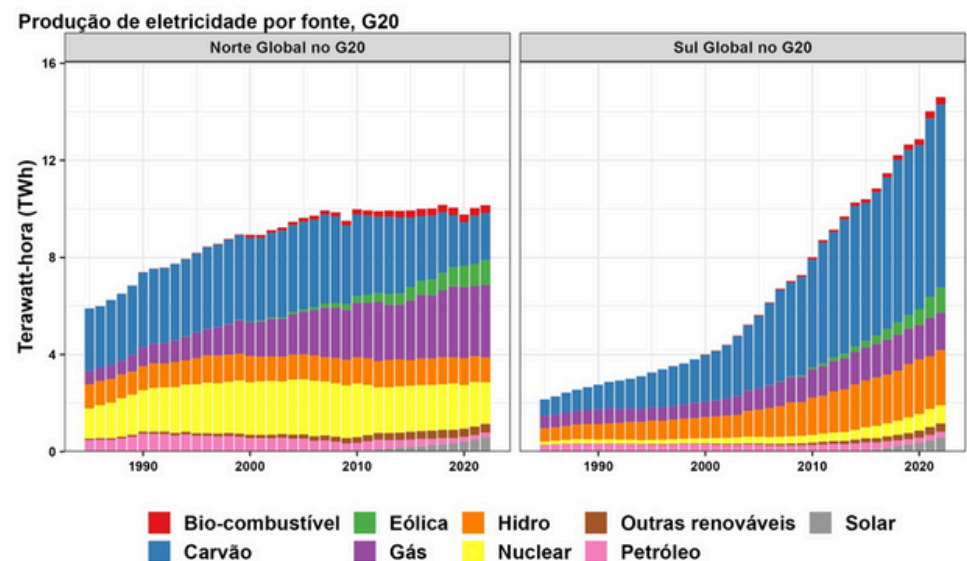


Fonte: FAO

Fonte: FAO. Elaboração própria.

Com relação à produção de eletricidade, os países do Sul Global do G20 ultrapassaram o Norte em 2013, tendo hoje uma produção que supera à deste em mais de 40%. Mais relevante, porém, do que a quantidade produzida é a diversidade de fontes. A Figura 7 mostra que o Sul Global tem produções equivalentes ou superiores às do Norte nas fontes consideradas como limpas (e.g. hidro, eólica e solar), mas que o volume de produção de energia baseada em queima de carvão mineral é ainda extremamente grande – sobretudo em função de China e Índia. O quadro mostra, portanto, a importância do Sul Global nesta dimensão que é relevante do ponto econômico e geopolítico, mas revela também uma urgência para a transição energética nesse grupo de países. Afinal, não haverá transição energética efetiva, em âmbito global, sem o compromisso do Sul Global e a disponibilização de instrumentos para que esse processo seja feito com a rapidez necessária, mas sem provocar graves efeitos sociais.

Figura 8: Produção de eletricidade, por fonte, G20 (TWh)



Fonte: Statistical Review of World Energy 2023 - Energy Institute. Elaboração própria.

É interessante notar, no entanto, que essa evolução do Sul Global nas métricas relativas a produção e comércio não se refletem nos dados relativos ao Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI). No conjunto dos mercados cambiais internacional, o volume de transações que envolvia o dólar estadunidense representava, em 1989, 90% e, em, 2022, 88% (3). Uma resiliência que contrasta com a perda da importância relativa da economia estadunidense para o mundo na dimensão produtiva. Nesse mesmo período, a única moeda emitida pelo Sul Global que teve uma ascensão digna de nota é o renminbi chinês, que passou de 0% a 7%. Tendo em conta que o PIB chinês representa hoje algo em torno de 15% do PIB global (em paridade do poder de compra), nota-se um grande descompasso. Moedas de grandes países do Sul Global, como Índia (2%) e Brasil (1%) são absolutamente marginais no cenário internacional.

Essa assimetria do SMFI tem grandes impactos macroeconômicos sobre a economia global, gerando um "privilegio exorbitante" (4) para o país emissor da moeda-chave (EUA) - e.g. ausência de restrição externa e maior autonomia de política econômica - e um "fardo compulsório" (Carneiro e De Conti, 2022) para países emissores de moedas periféricas, que tendem a ter maior volatilidade em suas taxas de câmbio, um maior patamar para taxas de juros e baixa autonomia para política econômica (Prates, 2002; Carneiro, 2008; Fritz

Para além dos impactos macroeconômicos, é crucial perceber que as assimetrias monetárias são também uma fonte de poder geopolítico para os EUA, permitindo-lhe usar sua moeda - e o SMFI baseado em sua moeda - como arma de guerra (Torres Filho, 2019), o que aumenta a instabilidade e a insegurança do sistema. Adicionalmente, é sempre necessário lembrar que as instituições financeiras multilaterais têm uma governança completamente assimétrica e anacrônica e o maior exemplo é o peso dos votos dos EUA no Fundo Monetário Internacional (FMI), que segue lhes conferindo poder de veto para decisões relevantes no seio da instituição.

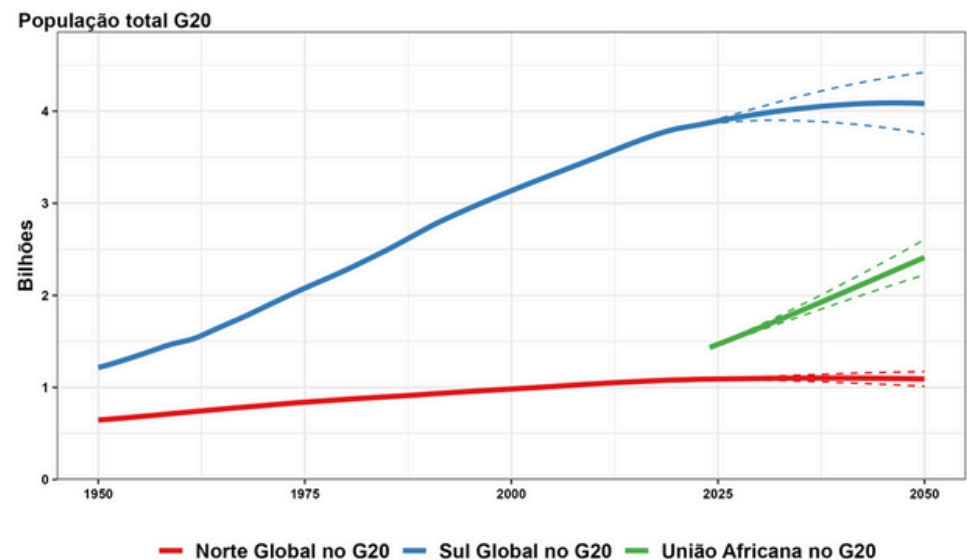
Para além dos dados mais diretamente econômicos, é pertinente analisar também dados relativos à população dos membros do G20. Se a proporção do Sul Global já era largamente superior àquela do Norte, a entrada da União Africana, em 2023, torna esse quadro ainda mais desbalanceado. Como é possível notar pela Figura 9, mais de 80% da população do G20 está nos países do Sul Global. Convém também destacar que, de acordo com as estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), as populações do Norte e do Sul Global extra-UA ficarão relativamente estáveis ou terão um crescimento bastante modesto nas próximas três décadas, enquanto a população da UA deve crescer em cerca de um bilhão de pessoas, aumentando a participação do Sul Global para algo em torno de 86% do total do G20.

(3) Dados do "BIS Triennial Survey on Foreign Exchange Markets" de 1989 e 2022.

(4) Expressão cunhada por Valérie Giscard D'Estaing, Ministro das Finanças da França nos anos 1960.

Por fim, mas não menos importante, é necessário analisar dados relativos à população dos membros do G20. Se a proporção do Sul Global já era largamente superior àquela do Norte, a entrada da União Africana, em 2023, torna esse quadro ainda mais desbalanceado. Como é possível notar pela Figura 8, mais de 80% da população do G20 está nos países do Sul Global. Adicionalmente, é preciso destacar que, de acordo com as estimativas da Organização das Nações Unidas, as populações do Norte e do Sul Global extra-UA ficará relativamente estável ou terá um crescimento bastante modesto nas próximas três décadas. Nesse mesmo período, no entanto, a população da UA deve crescer em cerca de um bilhão de pessoas, aumentando a participação do Sul Global para algo em torno a 86% do total do G20.

Figura 9: População total, integrantes do G20 (bilhões de pessoas)



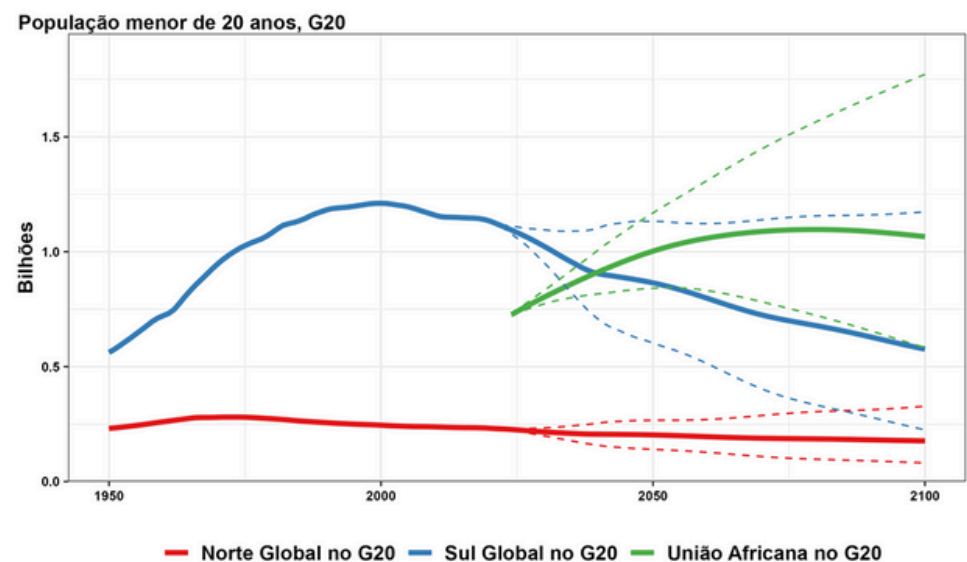
Fonte: ONU - World Population Prospects 2022

Fonte: ONU - World Population Prospects 2022. Elaboração própria.

Se consideramos apenas a população abaixo de 20 anos, a discrepância é ainda maior. Com os dados da Figura 8, é possível perceber que a partir da inclusão da UA, o Sul Global detém hoje quase 90% da população jovem do G20 – quadro que deverá ser mantido nas próximas décadas.

Os dados seleccionados revelam, portanto, a grande (e, em muitas dimensões, crescente) importância do Sul Global no G20 em importantes métricas econômicas e demográficas. Esse movimento tem inquestionáveis efeitos geopolíticos, revelando um aumento do poder do Sul Global dentro do grupo. Na seção seguinte, uma análise bibliométrica dos relatórios oficiais do G20 avalia se esse movimento já tem impactos sobre as pautas do grupo.

Figura 10: População abaixo de 20 anos, G20 (bilhão de pessoas)



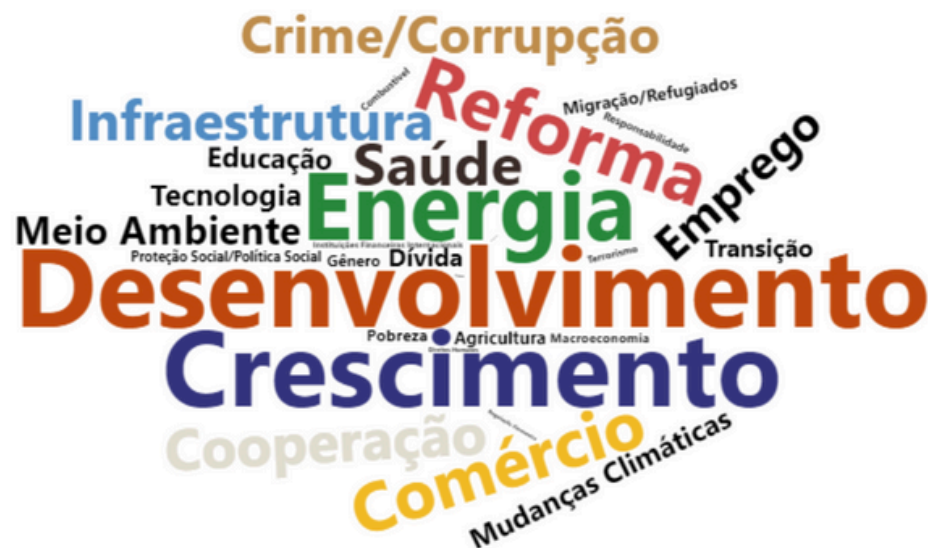
Fonte: ONU - World Population Prospects 2022

Fonte: ONU - World Population Prospects 2022. Elaboração própria.

3. PAUTAS DOS RELATÓRIOS DO G20

A análise de todos os relatórios oficiais do grupo (5) desde 2008 – ano em que os encontros passaram a contar com a presença dos Chefes de Estado dos membros – mostra que os termos mais encontrados são “crescimento” e “desenvolvimento” (Figura 9). Em um segundo patamar de importância estão “comércio”, “energia”, “infraestrutura” e “reforma”. Pautas diretamente relacionadas ao Sul Global, como “fome”, “pobreza” e “dívida” aparecem, mas com uma frequência muito menor.

Figura 11: Nuvem de palavras, relatórios oficiais do G20, 2008-23

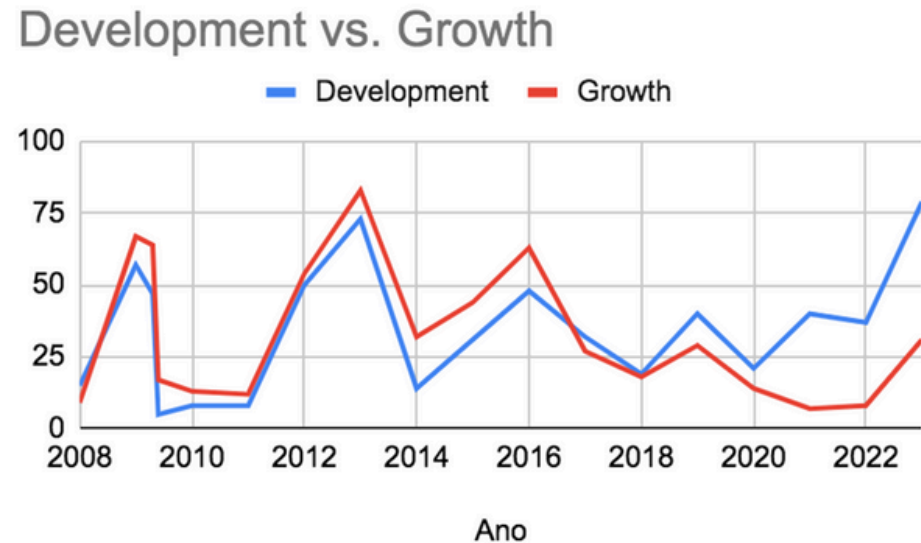


Fonte: Elaboração própria

(5) Foram analisadas todas as Declarações dos Líderes (Leader's Declarations) disponíveis para consulta no site oficial do G20. O grupo produziu uma declaração por ano, sistematizando as discussões e avanços realizados por cada presidência. A única exceção é o ano de 2009, para o qual, por conta das implicações econômicas da Crise Financeira Global de 2008, houve três declarações. Ao todo, a análise percorreu as 18 Declarações já emitidas.

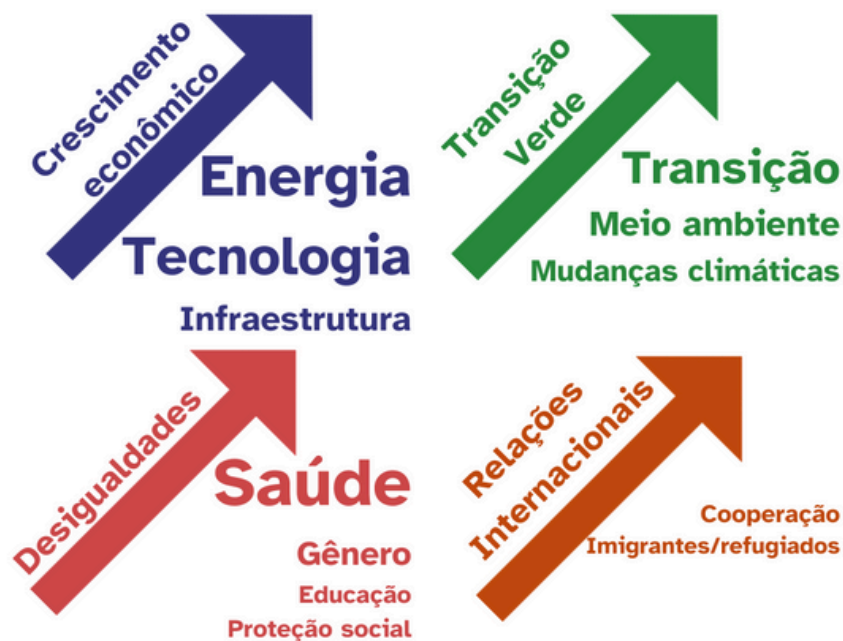
No entanto, há uma lenta transformação no uso desses termos ao longo do tempo, que parece refletir o aumento do peso do Sul Global no grupo, discutido acima. Para começar, houve uma inversão na frequência dos dois termos mais utilizados, com “desenvolvimento” ganhando preponderância sobre “crescimento” nos últimos anos (Figura 12). Isso reflete a mudança no debate econômico global que vem ocorrendo desde a crise de 2008, assim como uma percepção, também associada aos países do Sul Global, de que o crescimento econômico não é suficiente para o desenvolvimento - já que este requer não apenas aumentos de produtividade, mas mudanças estruturais no padrão de organização econômica, de consumo, na estrutura produtiva, com impactos sobre desigualdade e bem-estar da população (Furtado, 2000).

Figura 12: Aparição dos termos “crescimento” e “desenvolvimento” nos relatórios oficiais do G20 (número de aparições, por ano).



Fonte: Elaboração própria

Figura 13: Termos em crescimento no número de menções nos relatórios do G20, por eixo temático (2008-23)



Fonte: Elaboração própria

A análise da frequência de uso de termos-chave desde 2008 até 2023 mostra ainda um aumento muito grande – e anterior à pandemia – no uso do termo “saúde” e um aumento considerável em “educação”, agendas que são universais, mas particularmente dignas de preocupação no Sul Global. Chama também a atenção o grande aumento das menções a “gênero”, sobretudo no relatório de 2023 – mais uma vez, uma pauta importante para todos o globo, mas que merece especial atenção no Sul Global, onde as desigualdades de gênero são em média maiores. Por fim, é também relevante, desde 2016, o aumento nas menções a “cooperação”.

Em simultâneo, aumentam muito as menções a “meioambiente”, “transição” e “mudança climática”, pautas que são caras (e urgentes) a todo o globo, mas que devem ser discutidas a partir das especificidades do Norte e do Sul Global, tanto do ponto de vista dos compromissos, quanto das responsabilidades e meios para atingimento das metas. O crescimento do uso das palavras “energia” e “infraestrutura” é um sintoma do direcionamento das discussões do G20, que tem pautado a necessidade da transição verde. Mas é preciso considerar as assimetrias estruturais e financeiras que a circundam. A transição verde é uma temática em evidente ascensão no G20, e a presidência do Brasil nessa conjuntura - e tendo também em conta que o país sediará a COP30, em 2025 - poderá trazer oportunidades interessantes de diálogo, parcerias e financiamentos, sobretudo para países do Sul Global.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de dados realizada nesta Nota referenda a percepção generalizada de um aumento, em dimensões variadas, da importância do Sul Global para o mundo e para o G20, foco deste estudo. Os indicadores aqui avaliados revelam que vivemos um momento oportuno para que essas transformações econômicas e geopolíticas se manifestem de forma mais concreta na estrutura de governança global.

Esse esforço do Sul Global por ampliar sua voz nas arenas internacionais não é novo, mas uma conjunção de fatores atribui à presidência brasileira uma valiosa oportunidade para aproveitar esse movimento e transformar intenções em medidas concretas. Em primeiro lugar, os países do Norte Global percebem o aumento do poder geopolítico da China e estão conscientes de que se não aceitarem um maior protagonismo dos demais países do Sul Global, favorecerão uma aproximação crescente destes com a China – que em muitas instâncias já tem se apresentado como a grande defensora dos interesses do Sul Global. Em segundo lugar, a ampliação dos BRICS, iniciada em 2023, gera o risco de que, se não se adaptar – dando mais voz ao Sul Global –, o G20 poderá ser suplantado pelo BRICS+ como relevante foro de discussões supranacionais. De fato, uma inoperância do G20 poderá aprofundar a fissura entre Norte e Sul Global, aumentando as tensões entre iniciativas do G7 e do emergente BRICS+.

A esse cenário internacional, soma-se um fator de ordem doméstica de extrema relevância: depois de seis anos como pária internacional, o Brasil retoma uma posição de prestígio na cena mundial. Neste primeiro ano de um novo mandato, o presidente Luís Inácio Lula da Silva recolocou-se como um dos principais líderes mundiais, sobretudo em questões ligadas à fome e sustentabilidade ambiental. A presidência do G20 se apresenta, portanto, como uma grande janela de oportunidade para que o Brasil refaça seu papel de liderança no Sul Global e protagonista nas transformações almejadas.

Para isso, são muito oportunos os três eixos sinalizados pelo governo brasileiro como prioritários para sua presidência no G20, quais sejam: i) combate à fome, à pobreza e à desigualdade; ii) transição energética e desenvolvimento sustentável em suas três dimensões (econômica, social e ambiental); iii) reforma do sistema de governança internacional. A proposta foi bem acolhida internacionalmente e agora é o momento de construir agendas concretas.

É crucial que o governo brasileiro defenda com vigor as propostas de alívio ou perdão de dívidas de países do Sul Global. Em 2020, em meio à pandemia, o G20 instituiu a DSSI, Debt Service Suspension Initiative - ou Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida. De maio de 2020 a dezembro de 2021, a iniciativa suspendeu US\$ 12,9 bilhões em pagamentos do serviço da dívida devidos pelos países participantes a seus credores (Banco Mundial, 2022). Isso é, contudo, pouco mais de um quarto do total que fora anunciado pelo G20 no lançamento do programa (Bretton Woods Project, 2022).

Buscando novamente minimizar os impactos das dívidas públicas nas trajetórias de crescimento dos países de baixa renda, após o alongamento dos efeitos econômicos da Pandemia, o programa foi expandido e substituído pelo Common Framework for Debt Treatment Beyond the DSSI (ou Quadro Comum para o tratamento da dívida), lançado em 2022 e em vigor atualmente. No entanto, poucos países - Zâmbia, Chade, Etiópia e Gana (George, 2023) - até agora recorreram ao programa, que apresenta falhas similares às aquelas apontadas pelo seu antecessor.

A disposição do G20 em lançar programas de renegociação e perdão de dívidas demonstra uma oportunidade para que o Brasil avance, em sua presidência, com o projeto de renegociação ou perdão das dívidas de países do Sul Global. Entretanto, há um caminho longo no tratamento da questão, já que o Quadro Comum se provou lento, excludente dos países de renda média e falhou em atrair a participação completa dos credores (Zucker-Marques et. al., 2023).

A questão do endividamento externo e a consequente ausência de espaço fiscal estão vinculados a outro problema crucial: os custos crescentes do financiamento climático. A dificuldade da comunidade internacional em propor alternativas para a dívida dos países de renda média e baixa impossibilita a realização de investimentos em mitigação e adaptação justamente pelos países mais vulneráveis às mudanças climáticas (Volz, 2022; Zucker-Marques et. al., 2023). O fato de o governo brasileiro ser hoje um credor externo só aumenta a legitimidade de seu pleito, que não seria em benefício próprio, mas sim do conjunto de países do Sul Global.

Em relação ao Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI), é importante que a presidência brasileira reforce os pleitos pela redução das assimetrias e anacronismos discutidos acima. A resistência dos países do Norte Global segue sendo muito grande, mas a percepção das disfuncionalidades do atual sistema legitima os pleitos. Algumas das mudanças não virão de uma concertação global - e sim das transformações econômicas e geopolíticas em curso -, mas aquelas que envolvem as instituições multilaterais formadas em Bretton Woods podem ser favorecidas por diálogos e pressões dentro do G20.

Adicionalmente, a iniciativa do Presidente Lula de criar uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza pode ter ampla repercussão global. É preciso agora que o governo brasileiro elabore uma proposta concreta, contemplando sobretudo a estrutura de financiamento e a articulação que se estabelecerá entre as várias instâncias governamentais, que dê capilaridade à política. A vergonhosa realidade de quase 800 milhões de pessoas passando fome em um mundo que produz suficiente volume de alimentos poderá ser mitigada com vontade política e um desenho institucional eficaz, que pode ser baseado em casos de sucesso do próprio Sul Global - como a China, com a política de alívio direcionado da pobreza, e o Brasil, com a Política de Fome Zero.

A agenda de redução das desigualdades de gênero foi novamente levantada na Cúpula de New Delhi, em 2023, e precisa necessariamente ser aprofundada durante a presidência brasileira. Isso passa por iniciativas de eliminação do hiato de renda entre homens e mulheres, fortalecimento dos programas de aumento da proporção de mulheres com acesso formal à educação, massivos investimentos na chamada “economia do cuidado”, atenção particular à saúde das mulheres e transversalização do gênero, entendendo as devidas interseccionalidades envolvidas na pauta. Embora o G20 tenha feito consideráveis avanços na inclusão dessa temática, é preciso transportá-la para além de discussões isoladas, garantindo sua implementação transversal em todas as agendas do Grupo. O mesmo vale para a pauta das desigualdades raciais, para as quais o G20 direcionou menos atenção.

Por fim, a questão da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) deve receber tratamento prioritário, sendo também transversal a todas as iniciativas. Como destacado acima, as transformações são urgentes e a diplomacia brasileira tem uma reputação nesse tema que lhe permite assumir posições enérgicas e efetivamente comprometidas com as transformações necessárias. Entre outros temas prementes, são fundamentais a questão do financiamento da transição, da garantia das condições de não exploração das áreas preservadas e do fardo diferenciado para países do Sul e do Norte Global.

Esses são apenas alguns exemplos de agendas a serem abraçadas pela presidência brasileira do G20, mas que estão evidentemente longe de esgotar todas as possibilidades de pauta – que já estão sendo discutidas nas mais diversas instâncias do governo brasileiro. O intuito principal deste estudo é apenas mostrar que, como elucidam os dados econômicos e demográficos apresentados, há base material para uma mudança ideacional nas pautas do G20; e o Brasil, com Lula, tem a responsabilidade de acelerar esse processo.

A pandemia mostrou com nitidez a falência das atuais estruturas de governança global. A indecorosa corrida pela compra de vacinas, com países garantindo quantidades de doses inúmeras vezes superiores à sua população, enquanto boa parte do Sul Global ainda não tinha condições de aplicar sequer uma dose em sua população foi o ápice na explicitação das necessidades de transformações. Afinal, para os problemas globais, não haverá soluções nacionais. Entre esses, as questões relacionadas às desigualdades e à destruição do meio-ambiente são seguramente as mais prementes. Ou enfrentamos esses problemas coletivamente, ou falharemos coletivamente, como humanidade. Se o G20 não for capaz de tratar desses problemas com foco no Sul Global, perderá seu sentido de existência. Como visto acima, de cada dez jovens do G20, nove estão no Sul Global. Se a agenda do G20 estiver mais atenta a um jovem do Norte Global do que a nove jovens do Sul Global, o grupo terá fracassado.

A presidência brasileira no G20 pode ter, assim, o papel histórico de refundar as instâncias de governança mundial. Para tanto, terá que ser cautelosa em relação às pautas que lhe são impostas pelas instituições multilaterais tradicionais, privilegiando as necessidades do Sul Global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agarwal, M.; Essid, B. The Effect of US Monetary Policy on G20 Emerging Countries. In: World Scientific Reference on Asia and the World Economy. 2015. p. 203-216.

Banco Mundial. Debt Service Suspension Initiative. 10 mar. 2022.

Bretton Woods Project. Ineffective G20 Debt Service Suspension Initiative ends as world faces worst debt crisis in decades. 6 de abr. 2022.

Carneiro, R. Globalização e inconversibilidade monetária. Brazilian Journal of Political Economy 28: 539–556, 2008.

Carneiro, R. e De Conti, B. Exorbitant privilege and compulsory duty: the two faces of the financialised IMS. Cambridge Journal of Economics, 46(4), 735–752, 2022.

Energy Institute. Statistical Review of World Energy 2023. 72nd Edition. 2023.

FAO. FAOSTAT - Statistical Database. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.

Fritz, B., de Paula, L. F., and Prates, D. M. Global currency hierarchy and national policy space: a framework for peripheral economies. European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention 15 (2): 208–218, 2018.

Furtado, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000. v. 1, p. 239-262, 2000.

George, L. Common Framework, familiar problems: hopes of debt breakthrough fade. Reuters: 20 jun. 2023.

Hajnal, P. I. The G20: Evolution, interrelationships, documentation. Taylor & Francis, 2019.

Hoffmeister, O. Development status as a measure of development. UNCTAD Research Paper No. 46. UNCTAD, 2020.

Larionova, M., and A. Shelepov. The G7 and BRICS in the G20 economic governance. International Organisations Research Journal 14(4): 48-66, 2019.

Larionova, M. G20 at the Critical Juncture. Indonesia's 2022 Presidency: Internal and External Shocks, Risks of Power Rebalancing and Eventual Demise, Causes of Resilience and Re-Equilibrium. International Organisations Research Journal. 2023.

Monyae, D. e Ndzendze, B. The BRICS order: assertive or complementing the West? Londres: Palgrave Macmillan, 2021.

Prates, D. M. Crises financeiras dos países "emergentes": uma interpretação heterodoxa. Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

Rewizorski, Marek. Participation of the European Union and the BRICS in the G20. The European Union and the BRICS: Complex relations in the era of global governance. Cham: Springer International Publishing, 2015. 57-75.

Volz, U. The debt and climate crises are escalating—it is time to tackle both. Brookings Institution: 8 jul. 2022.

Stuenkel, O. BRICS e o futuro da ordem global. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.

Torres Filho, E. T. A bomba dólar: paz, moeda e coerção. Texto para discussão IE/UFRJ, n. 29, 2019.

UNCTAD. The UNCTAD Handbook of Statistics. 2022.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2022). World Population Prospects 2022, Online Edition.

World Bank. World Development Indicators. 2023.

Zucker-Marques, M., Volz, U. and Gallagher, K.P. Debt Relief By Multilateral Lenders. Why, How and How much? Boston, London, Berlin: Boston University Global Development Policy Center; Centre for Sustainable Finance, SOAS, University of London; Heinrich-Böll-Stiftung, 2023.



[HTTPS://TRANSFORMAECONOMIA.ORG/](https://transformaeconomia.org/)